

CRÍTICAS TRANS AO CIS-TEMA EDUCACIONAL: UMA REVISÃO DAS PRODUÇÕES TEÓRICAS BRASILEIRAS¹

Anne Alencar Monteiro²

RESUMO

O presente artigo refere-se a um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da Pós-Graduações *stricto sensu* em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculado ao Instituto de Educação a Distância (IEAD), pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), Polo de São Francisco do Conde/Bahia, intitulado “Críticas Trans ao Cis-tema Educacional: uma revisão das produções teóricas brasileiras”, cujo escopo é analisar as produções teóricas de autores e autoras trans brasileiras sobre educação e transgeneridade, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Assim, foram selecionados 12 trabalhos que abordam a temática proposta. A partir da análise desse material foi possível identificar eixos temáticos que se articulam entre as narrativas e experiências de estudantes, professoras e professores trans e travestis; o imbricamento entre o movimento político de pessoas trans e travestis e o sistema educacional brasileiro e aspectos gerais sobre transgeneridade no ambiente escolar. Com base nessa análise, conclui-se que há uma produção de saber que está apoiada em uma perspectiva trans que reflete criticamente a educação no Brasil. Fica evidente nessas produções que os espaços educacionais precisam aprimorar as questões relativas a igualdade de gênero e diversidade sexual para combater a transfobia.

Palavras-chave: Pessoas transgênero - Educação - Brasil. Transfobia - Brasil.

ABSTRACT

The present article refers to a Course Conclusion Paper, from the *stricto sensu* post-graduation in Gender, Diversity and Human Rights, from the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), linked to the Distance Education Institute (IEAD), by the Universidade Aberta do Brasil (UAB), Polo de São Francisco do Conde/ Bahia, entitled "Trans Criticism of the Educational Cis-tem: a review of Brazilian theoretical productions", whose scope is to analyze the theoretical productions of Brazilian trans authors on education and transsexuality, through a literature review on the topic. Thus, 12 works that address the proposed theme were selected. From the analysis of this material, it was possible to identify thematic axes that articulate among the narratives and experiences of trans students, teachers, and professors; the intertwining between the political movement of trans people and the Brazilian educational system, and general aspects about transsexuality in the school environment. Based on this analysis, we conclude that there is a production of knowledge that is supported by a trans perspective that critically reflects on education in Brazil. It is evident in these productions that educational spaces need to improve issues related to gender equality and sexual diversity to combat transphobia.

Keywords: Transgender people - Education - Brazil. Transphobia - Brazil.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Josué Leite dos Santos.

² Discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a questão das identidades de gênero não cisgêneras e a educação, a partir da análise das principais produções teóricas de autores e autoras trans brasileiras sobre educação e transgeneridade. De tal modo que, cisgênero ou simplesmente cis refere-se as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Esta categoria é empregada para fazer referência as pessoas que não são trans e é utilizada para se opor a termos como “mulher/homem verdadeiros” ou “mulher/homem naturais” (JESUS, 2012).

Nestes retratos, utilizo neste texto a expressão “pessoas trans e travestis” ou somente “pessoas trans” como um termo “guarda-chuva” que se refere as pessoas que em sua constituição enquanto sujeitos negaram o gênero imposto ao nascimento e passam a se autoidentificarem de outra maneira. É comum essas pessoas denominarem esse processo como transição de gênero. Essa transição não é linear, nem homogênea, mas caracteriza-se como uma experiência marcada por diferentes formas de transformações legais, jurídicas e corporais, em que cada pessoa opta ou não por fazer. Além disso, essa transição é atravessada por leituras racializadas e sexualizadas dos corpos, o que torna as vivências trans ainda mais dinâmicas e diversas.

Cabe, assim, relatar que as vivências de pessoas trans e travestis nos espaços educacionais são marcadas por desigualdades e violência. Por isso, para elucidar tais questões Luma Andrade (2015), teórica e pesquisadora desta temática, ao refletir sobre a condição das travestis na escola discorre também sobre sua própria experiência enquanto professora, estudante e travesti:

na escola, fui violentamente castigada física e verbalmente quando buscava qualquer tentativa de cruzamento da linha de fronteira que separa o sexo masculino do feminino. A vigília era constante nas brincadeiras, nos brinquedos utilizados, nos gestos. (ANDRADE, 2015, p. 18).

Essa narrativa exemplifica o cotidiano escolar de muitas pessoas que não correspondem às regras impostas pela cisheteronormatividade. Em outros termos, dizemos que cisheteronormatividade é uma categoria utilizada para descrever que a cisgeneridade e a heterossexualidade são compulsoriamente demarcadas como uma norma social que descarta as

vivências, as identidades e as subjetividades divergentes, principalmente de pessoas LGBTQIA+³ (VERGUEIRO, 2015).

Diante desse contexto, as escolas e universidades aparecem como um espaço hostil, em que docentes e discentes não se sentem seguros e nem respeitados (CANTELLI; NOGUEIRA, 2020). Assim, o “cis-tema” educacional pode funcionar como um espaço de normatizações, que opera como um dispositivo de controle que não só reflete as normas, mas também as produz (LOURO, 1997). Por conseguinte, inspirada nas postulações teóricas de Vergueiro (2015), compreendemos a palavra “cis-tema” como um neologismo entre as palavras “sistema” e “cisgeneridade”, cuja junção, tem a intenção de denunciar a transfobia no sistema social dominante que é marcadamente cisgênero.

Somado a esse cenário, dados compilados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) mostram que, no ano de 2020, o Brasil segue como o país que mais assassina pessoas trans e travestis em todo o mundo (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Isso mostra que os muros que separam pessoas trans e travestis da educação, são formados por preconceito, violência e desigualdade, o que contribui ainda mais para o aumento da condição de vulnerabilidade dessa população no país.

Essa pesquisa ao abordar as questões da população trans compreende esta categoria como construída socialmente e historicamente. Categorias como “transexual” e “travesti”, por exemplo, são produtos das ciências biomédicas do Século XX e que, dentre outras coisas, sedimentaram a ideia da existência de um “transexual verdadeiro”. (ARÁN, 2006; ARÁN, MURTA, LIONÇO, 2009; BENTO, 2017; LEITE JUNIOR, 2008). Assim, foram criados parâmetros médicos⁴ para que fossem capazes de identificar e diagnosticar as pessoas que seria “verdadeiramente um transexual”. Tais parâmetros pressupõem que a transição de gênero começa quando o sexo e o gênero estão desalinhados e definem a transição como uma passagem linear de um gênero para o outro, em que o sucesso dessa transformação depende de mudanças físicas, psicológicas e expressões de gênero bem definidas (GONZALEZ-POLLEDO, 2017).

Além disso, esses parâmetros caracterizam as pessoas trans a partir de uma condição mental particular, em que elas devem ser profundamente infelizes com suas genitálias e com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento, além de não apresentarem habitualmente prazer

³ A sigla LGBTQIA+ refere-se aos sujeitos que são lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexos e assexuais. O símbolo “+” ao final da sigla serve para abranger outras possibilidades de identidades sexuais e de gênero.

⁴ No caso do Brasil esses parâmetros estão ligados ao chamado processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Vergueiro (2015, p. 01), “o ‘Processo Transexualizador’ é a base para a atenção específica às populações trans no sistema público de saúde (SUS), e é significativamente fundamentado em perspectivas patologizantes sobre a diversidade de identidades de gênero”.

sexual através dos genitais e quando assim o fazem são pela lógica da heterossexualidade com isso, essa noção acaba excluindo as próprias pessoas trans que se inserem nessa categoria (MURTA, 2014). Isso demonstra que há uma descontinuidade entre as rígidas classificações oficiais e a fluidez das identificações cotidianas.

Assim, as classificações trans são complexas e revelam um campo em constante disputa. No Brasil, por exemplo, termos como “transexual” e “travesti” podem assumir diferentes sentidos a partir do contexto em que são evocados. Pois, a imagem da travesti foi sendo construída historicamente no país associada a condição de marginalização social, racial e a prostituição, enquanto o discurso sobre transexualidade ficou ligado a uma aura mais “higiênica”, construída em renomados laboratórios e clínicas de estética. Dessa maneira, o termo transexual “possui um capital linguístico mais valorizado que o termo travesti, podendo ser mais facilmente convertido em capital social”. (LEITE JUNIOR, 2008, p. 211). Além disso, esses termos podem ser mobilizados pelos movimentos sociais como sinônimos na tentativa de conquistar políticas públicas que atendam as demandas específicas dessa população. Nesse sentido, as questões trans compõem um complexo vocabulário:

Uma vez que são produzidas dentro de contextos culturais específicos e possuem um caráter político, sendo mobilizado de acordo com as circunstâncias e estratégias dos atores, seja para oferecer uma feminilidade legítima [no caso das mulheres trans e travestis] ou pela atuação de certos segmentos militantes, reivindicando reconhecimento para suas demandas. (OLIVEIRA, 2015, p. 103)

Isso demonstra que as vivências e experiências trans são complexas, diversas e não cabem nos parâmetros médicos e legais. Toda essa complexidade, também afeta e é afetada pelas questões que perpassam o sistema educacional no Brasil. O tema da população LGBTQIA+, por exemplo, levou bastante tempo para entrar na agenda das políticas públicas da educação brasileira. O Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004), pode ser considerado um dos – mas não o único – programas nacionais mais articulados de combate à discriminação e a violência contra essa população.

No que se refere à educação, esse programa frisa a relevância de promover o respeito e a inclusão de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais dos espaços educacionais, sendo a educação como um dos objetivos centrais do programa (SOUZA, 2016). Contudo, mesmo com alguns pequenos avanços vemos atualmente um crescimento de discursos neoconservadores⁵ e seu impacto nas escolas brasileiras, sobretudo naquilo que ficou conhecido

⁵ O neoconservadorismo pode ser definido como uma “exaltação ao passado, uma tentativa de voltar aos costumes antigos, um ideal moralista” (PORTO, 2019, p. 03). Esse ideal é baseado em uma suposta “ordem natural” que norteia as relações de gênero e sexualidade que acabam sendo reduzidas à biologia e aos padrões binários cis-heteronormativos. Os discursos neoconservadores representam uma reação a esses aos

no país como movimento “Escola sem Partido”. Tal movimento propaga discursos contra uma suposta doutrinação que professoras e professores fazem com alunos e tem como pauta acabar com a “doutrinação marxista de professores da rede pública de ensino” (PORTO, 2019, p. 03). Deste modo, os professores devem ser impedidos de manifestar posições ideológicas sobre questões que envolvem política, religião. Nesse contexto, a escola é vista como um espaço em que não se deve discutir temas como gênero e sexualidade. Desse modo, essa defesa em proibir tais assuntos tem uma relação direta com discursos religiosos que acreditam em uma sociedade pura e livre da diversidade. Os discursos neoconservadores estão pautados em uma repulsa contra o “outro”, contra o “diferente”. Portanto, os discursos desse movimento reforçam os estereótipos e os binarismos de gênero e sexualidade nos espaços escolares (PORTO, 2019).

Embora tenhamos atualmente no Brasil esse cenário neoconservador, não podemos esquecer que há também formas de resistências que contribuem para a garantia de uma educação inclusiva que valoriza a diversidade. Os documentos legais que tratam sobre gênero e sexualidades na escola - como por exemplo, a resolução nº 437 de 11 de abril de 2012 que estabelece a inclusão do nome social⁶ para pessoas trans e travestis nos registros escolares internos do Sistema Estadual de Ensino no Estado do Ceará (CEARÁ, 2012) - ajudam a garantir um espaço escolar mais acolhedor para essas pessoas. Resoluções como essa buscam minimizar as violências que são decorrentes de posturas transfóbicas expressas no *bullying*, no assédio, nas piadas preconceituosas e nos constrangimentos.

Assim, considerando esse contexto social de exclusão e resistência no qual as pessoas trans vivem, surgem as principais perguntas que conduziram a presente pesquisa: de que modo os principais pesquisadores e pesquisadoras trans brasileiros tem abordado a temática sobre educação e transgeneridade? Quais são suas principais categorias de análise? Quais são suas principais críticas?

A partir dessas indagações foram delimitados os objetivos dessa pesquisa. Sendo o objetivo geral: analisar as produções teóricas de autores e autoras trans brasileiras sobre educação e transgeneridade a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Com base nisso foram delimitados dois objetivos específicos: 1) compreender quais são os principais eixos temáticos presentes nas produções de pessoas trans sobre educação e transgeneridade; 2) organizar e classificar as pesquisas selecionadas a partir da localidade e da identidade de gênero das pessoas autoras.

movimentos que defendem a liberdade de gênero e de sexualidade e que defendem a garantia e a implementação dos direitos dos chamados “grupos minoritários”, como o feminismo e as lutas LGBTQIA+ (PORTO, 2019).

⁶ Nome pelo qual pessoas trans e travestis optam por serem chamadas pois reflete a identidade de gênero escolhida.

Meu interesse nesse tema surge a partir da minha vivência enquanto pessoa cis-aliada⁷ que luta e pesquisa sobre questões trans. Minha trajetória política, acadêmica e pessoal reflete a minha escolha, pois atuo em um coletivo trans-ativista em Salvador, denominado “De Transs pra Frente”, e atualmente desenvolvo uma pesquisa de doutorado em antropologia junto aos homens trans e pessoas transmasculinas⁸. Além disso, sou companheira de um homem trans, com o qual tenho o prazer de compartilhar a vida, os afetos e os aprendizados. Por conhecer e conviver diariamente com essas pessoas, suas questões me mobilizam e me tocam, mesmo eu sendo uma mulher cisgênera.

Contudo, embora tenha proximidade com diversos aspectos das vivências dessas pessoas, me interesse em aprofundar nos aspectos ligados a educação, por essa razão proponho esse tema de investigação. Com isso, essa pesquisa visa contribuir para a consolidação desse campo teórico a partir de uma análise crítica e comparativa das produções teóricas trans sobre educação.

Assim, para dar conta do que foi proposto, esse artigo está dividido em três partes, incluindo esta introdução, que conta com um subtópico sobre metodologia. Nesse subtópico serão apresentadas as estratégias metodológicas que foram utilizadas para dar conta da revisão bibliográfica sobre o tema. Posteriormente, na segunda seção, serão analisados os eixos temáticos presentes nas produções teóricas selecionadas. Tais eixos se articulam entre as narrativas e experiências de estudantes, professoras e professores trans e travestis; o imbricamento entre o movimento político de pessoas trans e travestis e o cis-tema educacional brasileiro; além de apresentar aspectos gerais sobre transgeneridade no ambiente escolar.

Por fim, com base na análise desse material, conclui-se que há uma produção de saber que está apoiada em uma perspectiva trans que reflete criticamente a educação no Brasil. Para tecer essa crítica, os autores e autoras utilizam de suas próprias experiências enquanto pessoas trans como principal lente de análise e afirmam que os diversos espaços educacionais são transfóbicos.

Outrossim, a noção de “cisgeneridade” também aparece como uma categoria significativa para analisar as dinâmicas de gênero no sistema educacional brasileiro. Além disso, essas pesquisas demonstram que embora os ambientes educacionais apareçam como normativos, pessoas trans criam estratégias de enfrentamento e resistência. Assim a presença de pessoas trans nas escolas e nas universidades promove certo tensionamento nas relações e

⁷ O termo cis-aliada se refere as pessoas que não se identificam enquanto trans, mas que mantem uma relação de parceria, amizade e comprometimento afetivo e político com essa população.

⁸ Para mais detalhes ver Monteiro (2018; 2020; 2021), Monteiro e McCallum (2020).

consequentemente propiciam a abertura desses espaços para uma transformação. Com isso, são construídas possibilidades de uma educação mais diversa que possam acolher as identidades de gêneros não normativas.

1.1 METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa foi adotada a metodologia qualitativa do tipo bibliográfica. Foi realizada a análise da literatura já publicada sobre o tema em forma de livros, artigos, teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos e trabalhos de conclusão de curso.

A coleta de dados foi realizada entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, cujo os principais critérios adotados para a seleção do material foram: trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores e pesquisadoras trans, publicados no e sobre o Brasil, e que utilizam como principais categorias analíticas as questões sobre educação e transgeneridade.

Nada obstante, os principais bancos de dados acadêmicos (como por exemplo, o Banco de Teses e Dissertações da Capes, o portal de periódicos da Capes, o Scielo e o Google Acadêmico) não permitem filtrar a busca pelo perfil da identidade de gênero do autor ou autora. Isso impossibilitou a identificação das produções de pessoas trans. Assim, foi necessário utilizar outras estratégias de busca.

A primeira seleção do material foi feita através dos arquivos presentes na pasta "Produções teóricas e literárias trans"⁹. Esta é uma pasta on-line do Google Drive criada e organizada pelas teóricas e ativistas trans Amara Moira, Beatriz Pagliarini Bagagli, Caia Coelho e Viviane Vergueiro. A pasta reuni diversos arquivos de textos acadêmicos e literários de autoria de pessoas trans. Além da seleção desse material, inclui a produção de pesquisadoras e pesquisadores trans que são conhecidos na comunidade LGBTQIA+ por tratarem sobre educação e transgeneridade. Assim, foram selecionadas 12 produções acadêmicas.

Após essa etapa, o material selecionado foi organizado em uma tabela (figura 01) que permite identificar o título, a identidade de gênero das pessoas autoras, o ano, a região e o tipo de publicação. Vale salientar que a identidade de gênero foi feita através da autoidentificação dos próprios autores e autoras ao se descreverem nos textos.

⁹ A pasta pode ser acessada através do link: <https://drive.google.com/drive/folders/0B2YsDCQBGX-ubzIyMzBFQ3A2aDA?resourcekey=0-vo0I1zjIAdSGphx9IVpzZQ>. Acesso em 21 jan 2022.

Quadro 1 - Produções acadêmicas selecionadas

TÍTULO	AUTORES	ANO	IDENTIDADE DE GÊNERO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	REGIÃO
Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa	Luma Nogueira de Andrade	2012/2015	Travesti	Tese/Livro	Nordeste
Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis	Adriana Sales	2012	Travesti	Dissertação	Centro-Oeste
A pedagogia do salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira	Marina Reidel	2013	Mulher Trans	Dissertação	Sul
Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento	João Nery e Ícaro Gaspodini	2015	Trans homem	Artigo	Sudeste
Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências	Benjamim Neves	2016	Homem trans	Artigo	Sudeste
Trajetória de um homem trans no curso de licenciatura em educação física na universidade pública: uma narrativa subversiva	Bruno Silva de Santana	2017	Homem trans	Trabalho de Conclusão de Curso	Nordeste
Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação	Andreia Cantelli e Sayonara Nogueira	2018	Travesti	Livro	Nacional
O dentro e o fora: Intersecções do “ser trans” na (e além da) universidade	Brume Dezebrom Iazzetti	2019	Travesti	Anais de congresso	Sul
Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação	Thiffany Odara	2020	Travesti	Livro	Nordeste
Existe ‘universidade’ em pajubá?: Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*	Brume Dezebrom Iazzetti	2021	Travesti	Dissertação	Sudeste

“Outros” saberes e “outros” destinos?: potências e perigos nas trajetórias de estudantes trans* em universidades públicas	Brume Dezembro Iazzetti	2021	Travesti	Anais de congresso	Sudeste
Notas sobre a práxis político-pedagógica do movimento de travestis e mulheres transexuais no Brasil	Maria Clara Araújo dos Passos	2021	Travesti	Anais de congresso	Sudeste

A análise do conteúdo desse material foi feita a partir da leitura e fichamento dos textos selecionados. A partir disso, foi possível identificar diferentes eixos temáticos os quais serão abordados a seguir.

2 CRÍTICAS TRANS AO CIS-TEMA EDUCACIONAL

A partir do levantamento das produções de teóricas e teóricos trans sobre educação, percebemos que os primeiros trabalhos foram publicados em 2012 por duas pesquisadoras travesti: Luma Nogueira de Andrade (2012) e Adriana Sales (2012). Essas investigações tratam da experiência de travestis na rede pública de ensino. A região do Brasil que mais concentra essas pesquisas é a Sudeste com cinco publicações. Em seguida temos a região Nordeste com três publicações, a Sul com duas publicações e a região Centro-Oeste com uma publicação. Ainda há uma publicação do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) organizado por Andreia Cantelli e Sayonara Nogueira (2018) que possui abrangência nacional. Não foram encontrados trabalhos na região Norte do país.

A maioria dessas produções foram publicadas por autoras que se autoidentificam como travestis. A menor participação de homens trans nessas produções pode estar relacionada a invisibilidade social e política vivenciada por esse segmento. Conforme afirma Santana (2021), embora os homens trans e pessoas transmasculinas estejam presentes em diferentes espaços, dentre eles os espaços educacionais, suas narrativas e vivências ainda são apagadas ou minimizadas, sendo esta invisibilidade característica central da transfobia direcionada às transmasculinidades. Tal invisibilidade pode gerar impactos significativos na vida dessas pessoas incluindo os aspectos ligados a educação e a produção do conhecimento.

A partir da análise do material selecionado foi possível identificar questões comuns que perpassam as publicações. Uma delas é a experiência dos autores e autoras enquanto pessoas

trans. Tal experiência emerge como aspecto relevante para análise, mesmo que esta não seja o objetivo principal da pesquisa. Dessa forma, os autores e autoras não se aliam a um fazer científico “neutro” e “distante”, mas seu engajamento político e suas vivências são centrais para o desenvolvimento dos argumentos presentes nos textos. Essa forma de fazer pesquisa pode contribuir para a desconstrução de pressupostos de neutralidade e objetividade do conhecimento científico¹⁰. Assim, as experiências trans são utilizadas como lentes indispensáveis para analisar a educação no Brasil.

Outro aspecto relevante é a utilização da categoria cisgeneridade. Nos três primeiros trabalhos que datam dos anos de 2012 e 2013 não há nenhuma menção ao termo cisgênero ou cis. Ele aparece a partir de 2015 com a publicação de Nery e Gaspodini (2015). Isso reflete a própria história do termo e o modo como ele vem sendo articulado aqui no Brasil. Ainda que originalmente cunhado na literatura anglófona médica, o termo “cisgeneridade” passou a ser utilizado como uma maneira de nomear a norma, em um exercício de desnaturalizar corpos tidos como normais, em oposição aos corpos e identidades trans, tidas como desviantes (MOIRA, 2017).

Segundo Iazzetti (2021), esse termo começa a ganhar contornos analíticos no Brasil a partir de 2010 com forte influência da produção acadêmica estadunidense transfeminista. Nesse início o termo sofreu intensa resistência de acadêmicos cisgêneros, principalmente daqueles que pesquisavam a transgeneridade. Gradativamente, a noção de cisgeneridade ganhou diversos desdobramentos teóricos e políticos e passou a ser inserida nessas produções.

Contudo, é necessário pontuar que essa aceitação é resultado do intenso ativismo de intelectuais trans - como por exemplo Viviane Vergueiro (2015) - que estavam inseridas na academia e que desenvolveram o termo enquanto uma categoria analítica (IAZZETTI, 2021).

Assim, percebemos que a utilização desse termo aparece, também, como relevante nas produções teóricas trans sobre educação, sendo esta uma categoria significativa para se compreender as dinâmicas de gênero no sistema educacional brasileiro.

Além desses aspectos em comum, as produções teóricas trans sobre educação apresentam diferentes eixos temáticos. Tais eixos foram organizados em três tópicos: 1) narrativas e experiências de estudantes trans e travestis; 2) narrativas e experiências de professoras e professores trans e travestis; 3) movimento político trans e travesti e o cis-tema educacional brasileiro. A seguir, será apresentada de maneira detalhada a análise desses eixos.

¹⁰ Essa crítica a neutralidade e objetividade científica é um campo de estudo amplo, mas que tem forte influência naquilo que ficou conhecido como “crítica feminista à ciência”. Essa crítica chama atenção para os pressupostos androcêntricos em que a ciência Moderna foi construída. Assim, a ideia de objetividade e neutralidade científica torna-se questionável, pois as verdades e os fatos científicos são construídos socialmente e são historicamente e politicamente situados (SARDENBERG, 2002).

2.1 NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES TRANS E TRAVESTIS

Com base nos trabalhos selecionados, foi possível identificar que a experiência de estudantes trans e travestis é uma temática bastante frequente. Os trabalhos de Luma Andrade (2012; 2015), Adriana Sales (2012), Bruno Santana (2017) e Brume Iazzetti (2019; 2021) trazem esse tema como objetivo central, sendo que as duas primeiras pesquisas focam na educação básica e as duas últimas na universidade.

Luma Andrade (2012; 2015) preocupa-se em apresentar as travestis no ambiente escolar, mais especificamente das escolas públicas do estado do Ceará, enfatizando suas resistências e assujeitamentos às normas. Embora, sua atenção esteja nas jovens travestis, sua análise vai além disso e envolve diferentes atores como professores, gestores e alunos, além de trazer uma análise dos documentos da gestão escolar. A pesquisa tem uma inspiração etnográfica e mescla estratégias metodológicas qualitativas e quantitativas. Já a dissertação de Adriana Sales (2012) explora a narrativa de três alunas travestis matriculadas na rede pública de ensino do estado de Mato Grosso. O texto traz uma análise sobre as travestilidades e suas representações da escola.

Em decorrência, a autora aborda temas como a construção da identidade travesti, os diferentes elementos que atravessam o processo de escolarização e as experiências dessas travestis no espaço escolar. As conclusões das duas pesquisas são bastantes semelhantes e revelam que a escola se constitui como um ambiente transfóbico e que possui uma falta de formação da comunidade escolar sobre diversidade sexual e de gênero.

Luma Andrade (2012; 2015), ao focar mais das dinâmicas de resistência e assujeitamento, argumenta que para as jovens travestis o direito a escola pode significar precisar adequar seu comportamento às normas de gênero, mas elas também constroem rotas de fuga, em que a convivência com essas travestis e suas estratégias de enfrentamento podem ser utilizadas como fonte mudança.

Adriana Sales (2012) conclui afirmando que a escola “trata a travestilidade como algo inexistente ou que está muito longe de seus domínios, seja espacial, seja temporal ou mesmo via currículo” (SALES, 2012, p. 105), com isso acaba excluindo as travestis no ambiente escolar. A autora observa também que essa transfobia é resignificada pelas alunas travestis que não querem sair da escola pois reconhece que ali é um espaço importante.

Já os trabalhos de Bruno Santana (2017) e Brume Dezembro Iazzetti (2019; 2021) trazem as experiências de estudantes trans na universidade. As duas pesquisas apresentam metodologias distintas. Bruno Santana (2017) apresenta uma autobiografia em que ao narrar sua própria experiência enquanto homem trans e estudantes do curso de licenciatura em

Educação Física, pontua aspectos relevantes para a construção de sua identidade docente, observando que as aulas de Educação Física possuem uma concepção de corpo que não leva em consideração a existência de corpos trans, assim esse espaço se mostra excludente e preconceituoso.

As produções de Brume Iazzetti (2019; 2021) tratam das questões sobre acesso e permanência de estudantes trans no ensino superior público no Brasil. A partir de uma perspectiva interseccional, a autora realiza uma etnografia que traz uma análise documental e quantitativa, entrevistas com estudantes trans de graduação e pós-graduação e observação participante em eventos de pessoas trans.

Assim, dentre outros aspectos, os relatos desses estudantes revelam dinâmicas sociais específicas, as quais a autora denomina de “potências” e “perigos”. Pois, de um lado são valorizados a potencialidade que há nos corpos, nas experiências e nos saberes trans, por outro lado, esses estudantes relatam que há riscos e armadilhas de possíveis cristalizações desses saberes.

Além das vivências de alunas e alunos trans, as produções teóricas selecionadas destacam também as trajetórias dos professores e professoras. Embora, a função de docentes e discentes sejam distintas, a presença de um professor ou professora trans gera embates e conflitos. A seguir serão apresentadas tais questões.

2.2 NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES E PROFESSORAS TRANS E TRAVESTIS

Os trabalhos Marina Reidel (2013) e Andreia Cantelli e Sayonara Nogueira (2018) trazem como objetivo principal a análise das experiências e narrativas de docentes trans que em sua maioria atuam no sistema público de ensino brasileiro. O livro organizado por Cantelli e Nogueira (2018), como dito anteriormente, foi publicado através do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) e traz a memórias e narrativas de diversas pessoas trans que atuam ou atuaram como docentes. Na apresentação do livro as autoras trazem o resultado de um censo em que o IBTE articulou mulheres trans, travestis e homens trans do Brasil que atuam na docência. Este censo foi realizado no ano de 2017 e teve como objetivo conhecer essa população.

Além disso, esse livro traz relatos de várias professoras e professores trans, demonstrando o quão diverso são essas experiências. Tais relatos destacam aspectos como a descoberta da transgeneridade por parte da comunidade escolar ou acadêmica, a reação de alunos e alunas ao

terem um professor ou professora trans, as estratégias de luta, resistência que esses docentes precisaram enfrentar.

Esses temas também são explorados na dissertação de Reidel (2013). A autora traz a metáfora do salto alto para explicar a difícil tarefa que professoras travestis e mulheres trans precisam executar ao lidar com a transgeneridade no ambiente escolar. Ela inicia o texto com um relato pessoal do seu processo de transição de gênero e como tal estava imbricado na sua atuação na escola. Assim, ela descreve:

Aprendi na escola o que é ser professora e o que é ser transexual. Aprendi também que não é fácil equilibrar o giz e o salto alto, pois sendo professora e mulher trans tenho que ser uma excelente professora e uma mulher muito mais mulher que as outras, para não ser chamada de homem vestido de mulher (REIDEL, 2013, p. 11)

Esse pequeno trecho exemplifica as diversas experiências de professores e professoras trans que a própria autora descreve ao longo do texto. Assim, as narrativas das professoras trans e travestis que foram entrevistadas por Marina Reidel (2013) buscam constantemente equilibrar a atuação em sala de aula, a relação com a comunidade escolar, com a transgeneridade. Assim, a autora caracteriza o que ela chama de “pedagogia do salto alto”, ou seja, um fazer pedagógico que está ligado a atuação dessas professoras trans e travestis que não afasta, ou melhor, não tenta esconder as dimensões de gênero e sexualidade em suas aulas.

Por fim, temos dois artigos que abordam diversos assuntos que compõem a questão das experiências trans no ambiente escolar, mas que dão certa ênfase nos professores e professoras. O primeiro trabalho é um artigo de João W. Nery escrito em parceria com Ícaro Gasparini intitulado “Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento”. A partir de uma revisão bibliográfica aliada com a experiência de João Nery enquanto transhomem, os autores argumentam que a escola se apresenta como uma instituição que falha na promoção da diversidade e da igualdade, constituindo-se como um espaço de exclusão. Assim, a escola é caracterizada pelos autores como um ambiente homo-transfóbico. A questão do uso do banheiro e do nome social são tomadas como exemplos de que a escola ainda não está preparada para receber e acolher a diversidade de gênero. Os autores descrevem, também, duas experiências educacionais ocorridas em países estrangeiros em que os docentes estão preocupados e engajados no combate a estigmatização das pessoas trans. Dessa forma, essas experiências podem servir de inspiração para transformar a educação no Brasil.

De maneira semelhante, o texto de Benjamim Neves (2016) apresenta diversos aspectos que compõem as vivências trans na escola. No primeiro momento é apresentada uma revisão

acerca das categorias transexual, travesti e homem trans. O autor mostra que tais categorias são historicamente inventadas com forte influência do discurso médico. Além disso, o autor cita algumas pesquisas que trazem dados qualitativos que demonstram como o ambiente escolar é hostil e preconceituoso com a população LGBTQIA+.

Ao analisar esses dados Benjamim Neves (2016) propõe formas de combater essa situação, como a aprovação de leis e a capacitação dos profissionais da educação nas temáticas de gênero e sexualidade. O autor finaliza narrando de forma bem breve sua experiência enquanto professor do ensino básico da rede pública do Rio de Janeiro, afirmando que a discriminação sofrida por ele não surge dos estudantes, mas dos colegas de trabalho.

Além das particularidades dos docentes trans, os trabalhos selecionados também articulam questões ligadas ao movimento político trans e travestis e tecem críticas a forma como a educação vem sendo construída no Brasil.

2.3 MOVIMENTO POLÍTICO TRANS E TRAVESTI E O CIS-TEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Foram identificadas três produções que tratam da imbricação do movimento social e político de ativas trans e a produção de diferentes pedagogias. O livro de Thiffany Odara (2020), “Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação” analisa as narrativas de luta política do movimento organizado por travestis em Salvador/Bahia. A autora mostra como os impactos causados por esse movimento podem ser mobilizados para se pensar uma educação com proposta pedagógica inclusiva e que potencialize as diferenças.

Para isso, Thiffany Odara (2020) realiza cinco entrevistas com travestis e mulheres trans que atuaram ativamente no momento inicial de mobilização política. Assim, a noção de uma “pedagogia da desobediência” é defendida no texto ao mostrar como as práticas e lutas de subversão do movimento social das travestis e mulheres trans caracterizam uma prática pedagógica desobediente. Desobediente porque confronta o modelo colonial de educação; porque confronta a marginalização dos corpos dissidentes nos espaços educacionais; e porque desobedece às normas de gênero e sexualidade.

Outra pesquisadora que reflete sobre as pedagogias que podem ser criadas a partir da transgeneridade é a Maria Clara Araújo do Passos (2021)¹¹. Em um relato sobre a práxis político-pedagógica do movimento de travestis e mulheres transexuais brasileiras, a autora

¹¹ Não consegui localizar o trabalho de conclusão de curso da autora que é intitulado “Pedagogias das travestilidades”, defendido em 2020.

reflete como esse movimento tem contribuído para a produção de pedagogias. Assim, essa mobilização social e política tem “disputado os sentidos da educação no Brasil” (PASSOS, 2021, p. 27).

Assim, concluímos a análise dos eixos temáticos que formam as produções teóricas trans sobre educação. Em seguida, serão apresentadas as conclusões retomando os principais pontos discutidos ao longo deste trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções teóricas de pesquisadores e pesquisadoras trans revelam que a educação é uma arena em disputa, capaz de promover a transformação social. A literatura que foi analisada demonstra que os espaços educacionais, principalmente os formais, aparecem para as pessoas trans, seja ela docente, discente e/ou ativista, como normativos e transfóbicos. Contudo, os trabalhos revelam que também há resistências e fugas. Essas estratégias de resistir são interpretadas como aberturas de caminhos possíveis para a promoção de uma educação mais inclusiva e que respeite a diversidade.

Esses trabalhos tecem uma refinada crítica à educação. Essa crítica se apoia numa perspectiva trans que é marcada pelas próprias experiências dos autores e autoras enquanto pessoas trans. Ao lado disso, emerge também a noção de “cisgeneridade” que aparece como uma categoria significativa para analisar as dinâmicas de gênero no sistema educacional brasileiro. Todos esses trabalhos ao demonstrarem que a educação é um lugar de exclusão, também apresentam possibilidades de combater essa transfobia.

Assim, fica evidente nessas produções que os espaços educacionais precisam se aprimorar das questões relativas a igualdade de gênero e diversidade sexual. Mas para isso é preciso que o Estado assuma sua responsabilidade e garanta que as políticas educacionais se concretizem. O governo precisa assumir uma postura democrática que não se comprometa a atender demandas de grupos conservadores, o que provoca atrasos e retrocessos no pouco que já foi conquistado até o momento. Dessa maneira, com um ato aparentemente simples, como é o respeito ao nome social, estamos garantindo o acesso e permanência de pessoas trans e travestis nos espaços educacionais, o que contribui para uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Referências

- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- ARÁN, Márcia. A TRANSEXUALIDADE E A GRAMÁTICA NORMATIVA DO SISTEMA SEXO-GÊNERO. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.49-63, jan. 2006.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p.1141-1149, jun. 2009.
- BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 3. ed. Salvador: Devires, 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CANTELLI, Andreia Lais; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Nome social: a ponta do iceberg**. Minas Gerais: Edição do Autor, 2020. 47 p. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/9dc7e4e2b84c41aebefe42c7b2e63e1d/Pesquisaversaofinal.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.
- CANTELLI, Andreia Laís; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org.). **Memórias e narrativas das professoras travestis, mulheres trans e homens trans na educação**. Brasil: IBTE, 2018.
- CEARÁ (Estado). Resolução nº 437, de 11 de abril de 2012. **Resolução Nº 437/2012**: Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos do Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Ceará, CE, Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2012/05/resoluo-437.2012.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- GONZALEZ-POLLEDO, E.J. **Transitioning: Matter, gender, thought**. New York: Rowman & Littlefield, 2017.
- IAZZETTI, Brume Dezembro. O dentro e o fora: intersecções do “ser trans” na (e além da) universidade. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 13., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2019. p. 01-20.
- IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe ‘universidade’ em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans***. 2021. 311 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

IAZZETTI, Brume Dezembro. Potências e perigos nas trajetórias de estudantes trans* em universidades públicas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021, On-Line. **Anais [...]**. 2021. p. 1-23.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos.** Brasília: E-book, 2012.

LEITE JUNIOR, Jorge. **"Nossos corpos também mudam":** sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

MURTA, Daniela. Entre o "transexualismo verdadeiro" e a diversidade das experiências trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da; HERNANDEZ, Jimena de Garay; JUNIOR, Aureliano Lopes da Silva; UZIEL, Anna Paula. (Org.). **Feminilidades: corpos e sexualidades em debate.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014, v. 1, p. 63-82.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, abril 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBjgK4DZgjXQkgn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2021.

MONTEIRO, Anne Alencar. **Homens que engravidam:** um estudo etnográfico sobre parentalidades trans e reprodução. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MONTEIRO, Anne Alencar. Cavalos-marinhos: uma análise etnográfica sobre masculinidades que engravidam. In: Paride Bollettin; Charbel N. El-Hani. (Org.). **Teorias da Natureza: Etnografias da Bahia.** Padova: Cooperativa Libreria Editrice Università di Padova, 2020, v. 1, p. 11-30.

MONTEIRO, Anne Alencar. O nome dele é Gustavo, e ele é a minha mãe: reprodução e parentesco entre homens trans que engravidaram. **[Syn]Thesis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 28-39, maio 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/64351/40545>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MONTEIRO, Anne Alencar; McCallum, Cecilia. **Transmasculinity and Covid-19 in Brazil: Fear upon Fear.** 2020. In: <https://calacs.wp.st-andrews.ac.uk/2020/07/02/transmasculinity-and-covid-19-in-brazil-fear-upon-fear-by-anne-alencar-monteiro-and-cecilia-mccallum/> Último acesso em: 14/08/2020.

NERY, João W.; GASPODINI, Icaro Bonamigo. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, Rolf Malungo de. **Coletânea Diversa Diversidades.** Niterói: UFF/Cead, 2015. p. 61-80.

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências. In: RODRIGUES, Alexsandro; MONZELI, Gustavo; FERREIRA, Sérgio

Rodrigo da Silva. **A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa.** Vitória: EDUFES, 2016. p. 161-178.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação.** Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do estado: educação, saúde e violência contra travestis.** 2015. 130 f. Dissertação (mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. Notas sobre a práxis político-pedagógica do movimento de travestis e mulheres transexuais no Brasil. In: Congresso brasileiro virtual de diversidade sexual e de gênero: educação, saúde e família, 2021, On-Line. **Anais [...].** Recife: Even3 Publicações, 2021. p. 22-28.

PORTO, Juliane dos Santos. Currículo, gênero e sexualidade: uma análise sobre as práticas discursivas e não-discursivas que reforçam posições de gênero e sexualidade na escola. **Relacult:** Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 5, n. 1, p. 1-10, abr. 2019.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira.** 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis.** 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondópolis, 2012.

SANTANA, Bruno Silva de. **Trajetória de um homem trans no curso de licenciatura em Educação Física em uma Universidade Pública: uma narrativa subversiva.** Trabalho de conclusão de curso de graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2017.

SANTANA, Bruno. A emergência do movimento Transmasculino Negro no Brasil: diálogos sobre racismo, transfobia e invisibilidade. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; CONCEIÇÃO, Vércio Gonçalves (org.). **Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2021. p.149-160.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM, 2002. p. 89-120.

SOUZA, José Antônio Corrêa de. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014.** 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, 2016.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.** 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura

e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.